

TEMAS DA AGENDA CONTEMPORÂNEA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

TOPICS ON THE CONTEMPORARY AGENDA OF SOCIAL SCIENCES

Luiz Henrique Eloy Amado Terena

Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UFF e Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da UFRJ. Possui pós-doutorado em Ciências Sociais pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, França. Secretário-Executivo do Ministério dos Povos Indígenas do Governo Federal, desde 2023.

RESUMO

A apresentação reflete sobre a trajetória do autor em experiências no âmbito do direito e de políticas públicas direcionadas aos povos indígenas, e de sua formação como antropólogo. As demandas relacionadas ao exercício de sua atuação no governo federal, no Ministério dos Povos Indígenas, levantam questionamentos epistemológicos sobre a percepção de liberdade e de identidade.

Palavras-chave: Ministério dos Povos Indígenas; Povo Terena; Direito; Antropologia.

ABSTRACT

The presentation reflects on the author's trajectory through experiences in the field of law and public policies directed at Indigenous peoples, as well as his training as an anthropologist. The demands related to his work at the federal government, specifically in the Ministry of Indigenous Peoples, raise epistemological questions about the perception of freedom and identity.

Keywords: Ministry of Indigenous Peoples; Terena Indigenous people; Law; Anthropology.

Eu quero saudar o professor Felipe Sússekind, as minhas duas colegas que estão dividindo a mesa comigo, Celi Scalon e Gleidylucy Oliveira da Silva, e agradecer imensamente ao Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio pelo convite. Eu já estive na casa em alguns momentos, mas sempre lá no Departamento de Direito. Inclusive, quero agradecer à PUC por possibilitar lançarmos aqui no âmbito desta universidade, há 3 anos, o inédito curso de especialização em Direitos e Políticas para Povos Indígenas. Acabamos de encerrar a primeira turma e tivemos um público-alvo muito específico: foram operadores de direito, membros da magistratura, do Ministério Público, da Defensoria, para as pessoas trabalharem melhor com o direito dos povos indígenas. Eu fui advogado da APIB, que é a articulação dos povos indígenas do Brasil, por um bom tempo, mas atualmente, por conta do cargo no governo, estou licenciado. Então eu vou falar aqui mais como advogado, nem tanto como antropólogo. Faz tempo que eu não faço parte de uma mesa acadêmica. Depois que ocupamos uma função executiva, participamos muito de mesas e debates, mas sempre numa função mais de gestão pública.

Vou fazer uma breve retrospectiva a partir da visão dos povos indígenas, eu sou do povo Terena, de Mato Grosso do Sul, que é um povo que habita o bioma Pantanal, e faço parte de uma geração de jovens indígenas que nas últimas duas décadas tiveram acesso ao ensino superior por meio de políticas de ações afirmativas — eu estou falando de cotas, Prouni (Programa Universidade para Todos). Então, nós temos uma dimensão de indígenas que fizeram essa trajetória da aldeia para a universidade, e hoje estão em várias instâncias: nas universidades, são professores, já estão no governo trabalhando, encontram-se em organizações da sociedade civil; outros retornaram para as suas comunidades e estão atuando como médicos, como antropólogos também. Então eu vou falar um pouco a partir desse campo, e como um indígena que nasceu, cresceu, estudou numa aldeia indígena, e depois foi estudar e veio parar em um doutorado em Antropologia no Museu Nacional, que foi um pouco esse contraste. Agora estamos vivenciando um novo momento também, que é um momento que eu chamo de momento de fazer, momento em que há indígenas no governo, no Parlamento, em outras instâncias, e são indígenas que estão fazendo a política acontecer agora. E vou falar também de como eu entendo que as ciências sociais têm contribuído muito para toda essa construção, e como também tem sido o desafio de transitar entre esses espaços; espaços acadêmicos, espaços de saberes diferenciados, mas também de confronto político a todo momento. Então um pouco da minha fala vai passar por alguns desses pontos que eu gostaria de trazer para vocês.

Renovando o meu agradecimento, eu gostaria de iniciar dizendo o seguinte: o Departamento de Ciências Sociais está completando 70 anos, e talvez lá no seu início jamais imaginássemos que chegaríamos a esse marco comemorativo e pudéssemos estar sendo todos ladeados, os cientistas sociais, os antropólogos, por pessoas que tradicionalmente eram “objetos” de estudos. Então eu me sinto muito honrado de estar aqui hoje, porque durante muito tempo, até mesmo os Terenas, principalmente os Terenas de Mato Grosso do Sul, foram um caso



muito específico na antropologia brasileira. Eu até falo que em determinado momento nas décadas de 1950 e 1960 houve uma corrida antropológica para o Mato Grosso do Sul, com as pessoas querendo estudar os Terenas. Começando com o professor Roberto Cardoso de Oliveira, e antes dele até mesmo outros antropólogos, como o Herbert Baldus, e depois se sucederam outros conjuntos de bolsistas no Museu Nacional, porque pensava-se que se estava diante de um povo indígena que seria um “caso limite” entre ser índio e não ser índio no Brasil. Porque você se deparava com uma sociedade muito específica de indígenas que, ao mesmo tempo que tinha, e temos, uma cultura muito forte de manter a língua, as nossas tradições, tinha também uma interação muito grande com os não indígenas — isso localmente, naquele contexto regional; e depois vamos ampliar.

O meu estudo foi muito nesse sentido, mapeando a participação terena na política nacional e também internacional; nos debates, por exemplo, da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), depois os debates da Constituinte em 1987 e 1988. Assim cravou-se lá naquele momento um primeiro aspecto fundamental discutido por todo mundo naquele momento, que era a mudança cultural, ou aculturação e tribalismo. Isso influenciou muito a política indigenista brasileira, porque se vocês forem pegar essas legislações desse período e as políticas que foram implementadas para povos indígenas em todo o Brasil, você parte justamente dessa categorização, dessa hierarquização: indígenas integrados e civilizados. Então a legislação é impregnada dessas categorias. É claro que depois o próprio Roberto Cardoso de Oliveira vai rever todo esse conceito a partir da convivência com os Terenas e vai superar toda essa visão que se tinha da questão da identidade dos povos indígenas, e vai trazer ali a categoria de fricção interétnica.

E por que eu gosto de partir desse ponto? Porque é uma coisa que foi superada já no âmbito das ciências sociais e da antropologia, mas que, há quase 100, 200 anos, ainda não foi superada no imaginário de muitas pessoas — o que eu falo que é inclusive um resquício colonial de muitas pessoas que olham para os povos indígenas ainda como se fossem aqueles indígenas do livro da quarta série. Até hoje, nós, olhando ali o recorte das redes sociais, quando acompanhamos os indígenas que são, por exemplo, influencers, eles fazem de tudo para chamar a atenção, como todo mundo, mas eu gosto de olhar os comentários, e aí nos comentários vale notar o que tem de pessoas falando: “Ah, vocês não eram assim quando eu os estudei no meu livro da quarta série”. São indígenas jovens, que estão ali com seus celulares tecnológicos, que estão ali na comunidade indígena com seu carro, seu escritório montado, com acesso à internet, e na maioria das vezes ficam transmitindo o cotidiano da comunidade. Então vemos como as pessoas ainda têm esse olhar.

Mas o mais grave também é entender que no âmbito do judiciário, que é uma importante camada da nossa sociedade, essa visão lá de 100 anos atrás é ainda muito impregnada. Estamos discutindo agora, no Supremo Tribunal, o marco temporal — de novo. Já vencemos isso e voltou

a discussão. Isso só está sendo discutido porque a cultura jurídica no Brasil ainda parte desses pressupostos, isto é, essa visão colonial em relação aos povos indígenas. Eu tive a oportunidade de falar mais ou menos 30 dias atrás no Supremo, e eu falei isso na frente dos ministros. O judiciário está totalmente impregnado desses aspectos que as ciências sociais já superaram há pelo menos 100 anos, portanto o judiciário está no mínimo 100 anos atrasado em relação às ciências sociais na forma como se relaciona e entende o direito dos povos indígenas. E eu dei lá um exemplo muito claro do marco temporal, que é difícil de eles entenderem, pois todos nós que passamos numa faculdade de Direito no Brasil entendemos a posse, aquela relação do proprietário com a propriedade, que é uma herança do direito romano. Então nós somos doutrinados, o direito doutrina assim. E, então, eles têm dificuldade de entender que a relação que o indígena tem com o seu território é uma outra relação que nada tem a ver com a posse de possuir, mas tem a ver com o vínculo identitário que só se aperfeiçoa a partir daquele território tradicional.

Mas eu dei um outro exemplo lá: o encarceramento indígena. Apesar de muitas pessoas no senso comum pensarem que indígena não tem responsabilidade, pelo contrário, nós temos um alto índice de encarceramento de indígenas em alguns locais: Mato Grosso do Sul, Manaus, Roraima, Bahia. Há inclusive blocos dentro da penitenciária que são específicos para os indígenas. O número é muito grande. Os indígenas, por exemplo, têm um tratamento diferenciado assegurado na legislação para exercer o seu direito de ampla defesa e contraditório. E quando eles peticionam, por meio da Defensoria Pública, alegando ou exigindo esses direitos fundamentais, os magistrados simplesmente negam com argumentos muito comuns: “Ah, o indígena tem, sim, esse direito fundamental, mas no seu caso você não é mais indígena, porque você usa calça jeans”. É nesse nível a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por exemplo. O pensamento é: você já tem uma carteira de habilitação, ou você já fala português, portanto você já está integrado.

É, então, muito importante entendermos como se deu essa relação das ciências sociais no Brasil com os povos originários, que naquele momento também foi fundamental para fazer essa guinada. De certa forma, no âmbito nacional isso já está mais consolidado, porque as normativas internacionais, a jurisprudência das cortes internacionais são mais avançadas do que as nossas normativas internas, mas foi preciso fazer o que eu chamo de uma guinada internacional e voltar. Então os nossos cientistas sociais se depararam aqui com os povos originários num determinado tratamento, e foram beber de outras fontes, inclusive influenciaram debates internacionais, e depois retornaram. Só que ainda temos uma dificuldade muito grande nessas outras dimensões, especialmente do judiciário e da política, para poder fazer esse enfrentamento. E o caso Terena, que é o meu povo, é muito simbólico, porque também o próprio serviço de proteção ao índio, que é o agente estatal que antecedeu a Funai, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), foi orientado por esses princípios. Princípios da integração, do exercício da tutela.

Esse exercício da tutela também causou sérios danos administrativos à proteção territorial, desse modo ainda hoje há comunidades lutando para ter acesso a esses territórios tradicionais, eles estão fora dos seus territórios.

A partir da década de 1990, e antes no período da constituinte, os povos indígenas viram uma grande oportunidade de fazer essa virada, essa guinada, intercultural. E foram assessorados por advogados, por antropólogos. A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) teve uma atuação fundamental nesse período e os povos indígenas saíram vitoriosos dessa empreitada constitucional, que garantiu ali dois artigos fundamentais na Constituição. Há um capítulo na Constituição específico dos povos indígenas. Ainda há muitos constitucionalistas que perguntam o que os índios estão fazendo na Constituição, porque tradicionalmente a Constituição não trata desse assunto. “A Constituição trata dos poderes da República, da organização do Estado e dos direitos e garantias fundamentais, mas não precisava tratar de índio”, alguns falam ainda assim. Mas, após essa experiência, fomos vendo que nós e os caciques que antecederam os nossos caciques se organizaram e viram o quanto é importante ter indígenas também nesses espaços de tomada de decisão.

Por isso que a partir de 1990, 1991, 1992 vai-se aumentar muito a demanda por formação de professores indígenas; depois, esses mesmos professores indígenas vão reivindicar o acesso ao ensino superior, e daí surgem as primeiras levas de formação de professores indígenas por todo o país. Depois, até quando eu fui para uma universidade, eu pensava que uma área que sempre atraiu muito a nós, indígenas, foi a área das ciências sociais, da antropologia, porque recebíamos e recebemos ainda muitos cientistas sociais, muitos antropólogos, sociólogos, em nossas aldeias, hospedamos em nossas casas. As pessoas tornam-se nossos familiares. Tenho uma amiga socióloga com a qual tenho já 20 anos de amizade, ela chegou fazendo o campo dela ali na minha família e somos amigos até hoje, trabalhamos juntos.

Mas essa visão do cientista está ali dentro das comunidades. E ele não está só fazendo essa troca de obter informações; nós também, indígenas, estamos recolhendo informação, estamos ali interagindo culturalmente. Então lá atrás, na fricção interétnica, não se tratava de mudança cultural nem de aculturação; tratava-se de, como o professor Roberto Cardoso de Oliveira falava, uma interação de agentes interculturais. Houve todo esse período de indígenas tutelados a organizados, pode-se dizer, e depois de organizados enfrentando todo esse processo pelo qual nós passamos nos últimos governos — Michel Temer e Jair Bolsonaro —, e hoje chegamos a essa posição de ter uma bancada parlamentar de indígenas, de ter um Ministério dos Povos Indígenas, de ter pela primeira vez na história da República uma presidenta indígena preta à frente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e à frente de uma secretaria superimportante, que é a da saúde indígena, e de ter cada vez mais indígenas ocupando esses postos, e principalmente são os postos das ciências sociais. A maioria dos indígenas que hoje são professores concursados nas universidades está ocupando e está mirando muito as ciências

sociais, porque sabemos que é muito estratégico ocuparmos o espaço não só de privilégio, de formação, mas um espaço não só para continuar formando indígenas, mas também continuar tendo influência sobre vocês, brancos. Então é um movimento muito calculado, parece que não é, mas é um movimento estratégico.

E aí eu gostaria de ir para essa terceira fase da minha fala falando de nós, desses agentes que ficam transitando entre os dois mundos, querendo ou não, no meu caso terena, por mais que a gente fale “ah, os Terenas têm já 100 anos de uma igreja”, comemorando 100 anos de evangelização entre os Terenas, ou seja, tem mais de cem anos de interação com a sociedade não indígena. Nós dominamos a nossa língua materna, mas dominamos muito bem também o português, porque houve um investimento muito forte na época do governo brasileiro de criar escolas dentro das reservas indígenas, da proibição de falar a língua materna e de imprimir nos indígenas o que eles chamavam de valores morais. Então, por mais que tenhamos toda essa interação com a sociedade não indígena, temos também a nossa cultura e conseguimos visualizar de forma muito clara como é transitar entre esses dois mundos, e como é manejar simbologias que ora acionamos para falar com determinado público, ora acionamos para falar com o nosso público, então eu acho que isso é um dos grandes aspectos que podemos suscitar no âmbito das ciências sociais.

Chamo a atenção que nós temos a articulação dos advogados indígenas e temos a articulação dos indígenas antropólogos. Duas realidades de informações que servem já de referência para acoplar ali, junto à organização dos movimentos indígenas, essas estratégias políticas e culturais. O outro aspecto também é olharmos para os povos indígenas não só como elementos ou objetos de pesquisa, ou meros informantes — acredito que ninguém mais faça isso, mas talvez fora dos muros da academia ainda exista essa visão. É muito importante olharmos para eles como agentes políticos, agentes sociais. O que os indígenas estão fazendo? Por que os povos indígenas estão se mobilizando? Por que eles estão indo nessa direção?

E aí eu acho que um dos grandes temas contemporâneos, e os povos indígenas já há um bom tempo têm chamado a atenção para isso — eu acho que agora conseguiram —, é em relação aos efeitos da crise climática. Há um bom tempo já, nós elegemos como prioridade, por exemplo, participar dos debates que aconteceram lá na COP 29. Desde o início já dizíamos que não é possível todo o mercado, todo o governo, toda a governança global imaginar que vai se chegar a alguma ação concreta sem considerar os territórios tradicionais. E aí eu não estou falando só dos povos indígenas, mas de todos os povos tradicionais, que são toda essa dimensão da sociedade que mantém essa relação de tradicionalidade identitária junto aos seus territórios: os quilombolas, os povos de terreiro, entre outros.

É importante entendermos que não vai haver outra solução a não ser olharmos novamente para os povos originários, e mais os povos tradicionais, e entender qual é o caminho e as respostas às quais as nossas comunidades estão apontando como norte. Isso perpassa

necessariamente a questão de sobrevivência. Não há mais como pensarmos todo o nosso planejamento de política pública sem levar em consideração as secas, enchentes; por exemplo, neste ano, no âmbito governamental, tivemos que abrir créditos extraordinários para poder atender às secas e enchentes. Nos planejamentos de todos os ministérios hoje se deve ter uma ação orçamentária para 2025 sobre esse tema. E aí quando falamos isso para as lideranças indígenas hoje em dia, eles falam: “Mas estamos falando isso há quanto tempo?”.

Então é muito importante entendermos esses sinais, e entender o quanto antes de chegar na cidade ou antes de chegar lá na selva de pedra que é Brasília, os sinais já foram dados há muito tempo dentro das comunidades indígenas, dentro dos quilombos, dentro dos terreiros, eu acho que isso é um dos grandes ensinamentos. E, em grande medida, os primeiros cientistas que vão conseguir captar esses sinais não são os cientistas que estão lá no gabinete, não lá em Brasília, mas os cientistas que estão lá no chão da aldeia, embaixo do pé de jaca, escrevendo e coletando seus dados. Acho que é fundamental reforçarmos isso porque, no Supremo, inclusive, questionaram se isso é ciência, não sei se vocês perceberam isso, mas teve uma CPI há algum tempo atrás no Congresso Nacional contra a Funai, mas eles não estavam mirando a Funai, eles estavam mirando o trabalho dos antropólogos. Eles queriam de fato desqualificar, do ponto de vista científico-político, aquele trabalho que estava posto, que é um trabalho que vai fundamentar toda uma reivindicação de direito, e ao mesmo tempo querendo criminalizá-lo. Então é muito importante saber isso, e em determinado momento o Supremo até falou assim: “Ah, de fato o que eles fazem não é mera literatura, é ciência”. Não que precisasse que o Supremo dissesse isso, mas para vocês verem o nível a que nós chegamos, quando o Museu Nacional estava completando 50 anos estávamos ainda enfrentando esse debate, e agora o Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio está completando 70 anos, e isso estava sendo posto em mesa há 15 dias.

Então é muito importante sabermos dessa responsabilidade social, ética, política, econômica, espiritual, sociológica, porque, por mais que pensemos que com o nosso caderninho de campo depois de passar para o computador, depois vai se transformar num livro, depois numa palestra, como aconteceu aqui, tudo isso tem impacto direto na vida das pessoas. A minha fala foi mais no sentido de chamar a atenção para o importante impacto que esses trabalhos têm tido para a vida e a preservação dos povos indígenas no Brasil.